

# Análise da Governança da Água em Bacias Hidrográficas: O Caso do Comitê do Rio Camboriú e a Percepção da Mídia local.

Eloisa Marcílio Bello  
Danilo Jose Alano Melo

## RESUMO

Este artigo busca analisar a governança da água no âmbito do Rio Camboriú, apresentando os problemas públicos na agenda da mídia, assim como as principais temáticas, atores e deliberações que passam pelo Comitê de Bacia Hidrográfica. Destaca-se, neste trabalho, a importância dos arranjos de governança e da compreensão dos problemas públicos nas arenas para o enfrentamento às crises socioambientais. A governança da água é compreendida como a capacidade de articular e promover integração intersetorial, a participação social e o controle (social e público) para promover a segurança hídrica. Trata-se de pesquisa qualitativa, com análise de dados documentais - atas de reuniões do Comitê (2023 e 2024 - totalizando 18 atas) e notícias de periódicos locais (Página 3, Diarinho, Portal Menina e Linha Popular) e estaduais (ND, NSC, G1-SC), visando compreender desafios relacionados ao Rio Camboriú e repertórios sobre o Comitê. A partir do levantamento em portais de notícias, foram identificados os problemas da poluição do rio pelo despejo de esgoto, das falhas no tratamento, dos projetos para resiliência do território e de ações de educação ambiental. Identificou-se a importância de pesquisadores, do IMA, do MPSC e da presidência do Comitê na agenda da mídia em torno de segurança hídrica.

**Palavras-chave:** Governança da água, problemas públicos, comitê de bacia hidrográfica do Rio Camboriú.

## Resumo expandido

### Contextualização do tema

A governança da água e a gestão integrada de recursos hídricos têm ganhado importância na administração pública, especialmente diante das frequentes e intensas crises hídricas, com municípios assumindo papéis maiores no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH (Nicollier; Kiperstok; Bernardes, 2023). A "falha do município" nessa governança, segundo os autores, decorre de um ambiente institucional adverso, marcado pela ausência de políticas e órgãos gestores locais, prejudicando as articulações intersetoriais e a cooperação com instâncias estaduais e da bacia.

A governança se refere aos processos decisórios, político-administrativos, institucionais, formais e informais que buscam garantir a implementação das políticas públicas, sob a liderança do Estado e por vias democráticas e participativas. A governança da água é necessária para garantir a segurança hídrica e tem como pressuposto a integração multinível da gestão de recursos hídricos com ademais políticas que incidem sobre as águas, por meio de processos que envolvem descentralização e participação social na administração pública (OCDE, 2011; Bezerra e Silva et al., 2019).

No Brasil, “as políticas de água eram fragmentadas e centralizadas” (Abers, 2010, p. 21), e, segundo Abers e Keck, 2004, a criação de comitês surgiu da necessidade da adoção de medidas participativas para a inclusão da população na formulação de políticas públicas, descentralizando o processo decisório e o tornando mais democrático. Destaca-se, ainda, a importância da descentralização em torno da gestão por bacias, enquanto unidades biogeofiológicas, promover “uma transição para um gerenciamento em nível de ecossistema (bacia hidrográfica), integrado (integrando o ciclo de águas atmosféricas, superficiais e subterrâneas e integrando os usos múltiplos” (Tundisi, 2008, p. 10).

### **Objetivo e procedimentos metodológicos**

O objetivo deste estudo consistiu em analisar a agenda em torno do Rio Camboriú a partir da mídia e de um espaço de governança, por meio de uma pesquisa qualitativa, de abordagem exploratória e descritiva. Foram analisados dados da mídia e das atas entre 2023-2024. A análise das atas disponibilizadas no site do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina (SIRHESC) na área do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú e Bacias Contíguas foi conduzida classificando atores, projetos e as problemáticas encontradas. Além disso, foi realizado um levantamento documental para constituir a base de dados da pesquisa, utilizando a plataforma Google busca para localizar matérias relacionadas ao tema. Foi definido o intervalo de datas entre 2023 e 2024, configurando na plataforma de busca entre 01 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2024.

Com relação à análise da mídia, considerou-se no levantamento de dados quatro mídias locais dos dois municípios que envolvem a bacia, Balneário Camboriú e Camboriú, sendo elas: Página 3, Diarinho, Portal Menina e Linha Popular. A busca na mídia também se expandiu ao nível do estado de Santa Catarina: NSC, ND Mais, G1Globo. Para identificar temáticas, atores e problemas públicos relacionados ao Rio Camboriú, utilizaram-se as seguintes palavras-chave: “Comitê Bacia Rio Camboriú SC”, “Rio Camboriú”, “Crise Hídrica Balneário Camboriú” e “Crise Hídrica Camboriú”. Na análise de dados, procuramos dialogar as notícias com os temas dialogados no Comitê. O objetivo não é atribuir uma causalidade, mas identificar as semelhanças e divergências entre os temas discutidos no comitê e na mídia. Como apresentado por Abers (2010, p. 19), alguns atores: “[...] disseminam novas idéias ao mobilizar e construir redes interpessoais, ao implementar práticas ilustrativas que demonstram a viabilidade de novas abordagens, ao usar a mídia tradicional ou ao realizar ações de educação popular e ambiental”. Nesse sentido, o trabalho se propõe a dialogar sobre os problemas públicos na arena pública, a partir da mídia, e os atores e deliberações no espaço de governança.

## Síntese de resultados

A análise conjunta das atas do Comitê de Bacia e das reportagens da imprensa local (2023-2024) apresenta a persistência e a gravidade dos desafios hídricos e de saneamento na Bacia do Rio Camboriú. Dentre a categoria de problemas mais recorrentes, foram identificados: i) a poluição do rio pelo despejo de esgoto; ii) as falhas na ETE de Balneário Camboriú e da carência de tratamento em Camboriú, que permanece como um problema central; iii) projetos para resiliência do território; iv) ações de conscientização e educação ambiental. Neste período, no Comitê, a pauta central foi os processos de implementação do parque inundável em Camboriú e o acompanhamento da eficiência do Sistema de Tratamento de Esgoto (ETE) no bairro Nova Esperança de Balneário Camboriú.

Nas notícias sobre o Rio Camboriú, há presença dos seguintes temas: balneabilidade e falta de tratamento de esgoto, implementação do Parque Inundável como “solução” e seus licenciamentos, investigação das supostas irregularidades e problemas de gestão na Empresa Municipal de Água e Saneamento. O tema “crise climática”, dialogado no comitê em seu entrelaçamento com a falta de saneamento básico, especialmente o tratamento de esgoto e seus efeitos que potencializa os efeitos das alterações climáticas (aumento da emissão de gases de efeito estufa - metano) e a maior vulnerabilidade a eventos extremos (secas e enchentes), pouco apareceu na mídia.

A iminência de uma crise hídrica aparece tanto na mídia, quanto nas atas do Comitê. Nesse sentido, identificou-se a importância de pesquisadores, do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), do Ministério Público de Santa Catarina e da presidência do Comitê na agenda da mídia em torno da segurança hídrica. Cabe aprofundar como se constrói a noção da crise hídrica no contexto local e seus efeitos na agenda. Entre os atores que alertam sobre esses desafios, destacam-se pesquisadores da Univali<sup>1</sup>. Os resultados de estudos recentes confirmaram as estimativas de que, a partir de 2025, a Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú pode sofrer uma crise hídrica, chegando ao colapso hídrico até 2043 (Estácio, 2019). Esses estudos locais são referências importantes nas discussões do Comitê, e a ameaça, já prenunciada nas atas de 2023, tornou-se mais nítida em 2024. Com relação às deliberações, foram identificadas como principais pautas: acompanhamento da Estação de Tratamento (ETE) na sua eficácia e apresentação de estudos e projetos

---

<sup>1</sup> Dentre eles, a Mestre em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental Adelita Ramaiana Bennemann Granemann, com seu estudo “Determinação do limite temporal e populacional do uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú–SC, Brasil”, e o Engenheiro Ambiental Adailton da Silva Estácio, que em sua dissertação de mestrado de 2019, “Análise de medidas estratégicas estruturais para garantia da estabilidade hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú (SC)”, apresentou um novo cálculo técnico sobre a disponibilidade hídrica projetada.

elaborados pela entidade executiva, que desempenha um papel de gestão e apoio ao comitê de bacia hidrográfica.

## REFERÊNCIAS

ABERS, R.; KECK, M. Comitês de Bacia no Brasil: uma abordagem política no estudo da participação social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.6, n.1, 2004.

ABERS, R. N. Pensando politicamente a gestão da água. In: ABERS, R. N. (Org.). *Água e política: atores, instituições e poder nos organismos colegiados de bacia hidrográfica no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 13-36.

BEZERRA E SILVA, F. C.; LIMA, A. J. R. ; CASARIN, F. (Org.) *Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas*. Observatório das Águas (OGA). Outubro, 2019.

ESTÁCIO, A. S. *Análise de medidas estratégicas estruturais para garantia da estabilidade hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú (SC)*. 127 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental), Universidade da Vale do Itajaí, Itajaí, 2019.

NICOLLIER, V.; KIPERSTOK, A.; BERNARDES, M. E. C. A governança das águas no Brasil: qual o papel dos municípios?. **Estudos Avançados**, v. 37, n. 109), 2023. p. 279-302.

OECD. **Governança dos Recursos Hídricos no Brasil**. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264238169-pt>. Acesso em: 09 de Jun. 2025.

TUNDISI, J. G.. Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 63, p. 7–16, 2008.